

### **Ata número quarenta e nove**

Aos trinta e um dias, do mês de março, do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e quinze minutos, nas instalações do Centro Social de Cambra, em Cambra de Baixo, U. F. de Cambra e Carvalhal de Vermilhas, concelho de Vouzela, reuniu a Assembleia Geral, consoante convocatória assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Eng.º Rui Miguel Ladeira Pereira, datada de seis de março do corrente ano, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Informações.

Ponto dois – Apreciar e votar o relatório de atividades e contas de gerência do ano de 2018, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Como à hora marcada, dez horas e quinze minutos, não se encontrasse presente mais de metade dos associados com direito a voto, a Assembleia reuniu meia hora depois, como previsto no número um do artigo trigésimo quarto dos estatutos, com a participação de vinte e nove associados, como consta do livro de presenças, sete dos quais por representação.

A convocatória foi afixada na sede da associação, e enviada por correio a todos os associados; foi publicada no sítio institucional da instituição, e no jornal “Notícias de Vouzela”, do dia 21/03/2019 (que é o jornal de maior circulação da área da sede social); e ainda afixada em locais de acesso ao público nas instalações da instituição.

Da convocatória constava expressamente que os documentos referidos no ponto um da ordem de trabalhos, ficariam disponíveis para consulta na sede social (secretaria) e no sítio institucional da associação, a partir da data da convocatória – o que efetivamente sucedeu.

A Mesa da Assembleia Geral estava constituída, para além do seu Presidente, Rui Miguel Ladeira Pereira, pelos secretários, Célia Maria Gonçalves de Almeida e Miguel Ângelo Rodrigues de Almeida.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por aberta a sessão, saudando os elementos da Direção presentes, os elementos do Conselho Fiscal, os senhores associados presentes, bem como os membros da mesa.

Sendo-lhe concedida a palavra, no âmbito do primeiro ponto da ordem de trabalhos, o presidente da direção começou por cumprimentar os membros dos órgãos sociais e os senhores associados presentes nesta reunião da Assembleia Geral, saudando o empenhamento de todos na prossecução dos superiores objetivos da instituição. e passou a dar algumas informações sobre os assuntos correntes da vida da instituição, em especial sobre as obras de reparação do edifício da ERPI, pinturas em diversos compartimentos, substituição do isolamento e piso das varandas e terraço.

Informou ainda que há vários anos se tem vindo a fazer diversas candidaturas e recentemente (Frota Solidária da Fundação Montepio, Caixa Social da Caixa Geral de Depósitos, BPI Sénior, Fundação Manuel António da Mota e Fundação Calouste Gulbenkian) para comparticipação na aquisição de uma viatura de nove lugares com a possibilidade de transporte para pessoas com mobilidade reduzida, nomeadamente para duas cadeiras de rodas.

Lembrou ainda que se aproximava o final do mandato e fez referência à necessidade de renovação de alguns elementos pelo facto de já se encontrarem em funções há muitos anos.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Direção, João de Brito Correia Taborda, e não havendo questões, passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos - Appreciar e votar o relatório de atividades e contas de gerência do ano de 2018, bem como o parecer do Conselho Fiscal.

Concedida novamente a palavra ao Presidente da Direção, o qual socorrendo-se de um sumário projetado na sala, referiu-se às principais atividades desenvolvidas no referido ano, nomeadamente que a Instituição procurou manter e melhorar os padrões de qualidade dos serviços e a frequência máxima nas diversas respostas sociais.

Foram asseguradas as atividades de ocupação, animação e recreação, bem como a utilização do Parque Natural, manteve-se a edição mensal da folha informativa “Ecos”, participou-se nos diversos intercâmbios com outras instituições do distrito e passeios a locais históricos e turísticos, manteve-se a eucaristia celebrada mensalmente pelo padre Ricardo, sendo uma delas dirigida por uma equipa dos Missionários Vicentinos.

Quanto aos trabalhadores, foram feitas diversas formações ao logo do ano. No âmbito da responsabilidade social continuou-se a dar apoio a estágios curriculares de

universidades e ensino secundário, de integração de pessoas com deficiência em medidas como o EAMA (emprego apoiado em mercado aberto), entre outros.

Quanto aos documentos de prestação de contas do exercício de 2018, o presidente da direção procedeu a uma exposição detalhada sobre o balanço em 31/12/2018, demonstração de resultados por naturezas e mais documentos pertinentes, referindo-se às causas do resultado negativo do exercício, que provém essencialmente: da incidência da rubrica de amortizações; da margem estreita das receitas; e peso dos encargos com a dívida bancária contraída para financiar a construção da E.R.P.I. (a qual, apesar de tudo, já se mostra amortizada em cerca de 50%).

Referiu-se às principais rubricas incluídas nesses documentos, que evidenciam um resultado líquido negativo do exercício de 28.979,83 €.

Acrescentou, em resumo, que os documentos apresentados à Assembleia Geral exprimem com veracidade e rigor as atividades realizadas, a situação patrimonial da instituição e os movimentos de contas verificados no exercício de 2018; e propôs que a Assembleia aprove todos esses documentos.

De seguida passou-se à leitura do parecer do conselho fiscal, favorável à aprovação dos documentos apresentados pela direção e proposta de um voto de louvor e gratidão à Direção.

No âmbito deste ponto da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao associado José Pinheiro Lopes de Almeida que, depois de cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, bem como todos os demais membros dos corpos sociais, e Associados presentes, começou por manifestar inteira concordância e solidariedade com a proposta do Conselho Fiscal de um voto de louvor e gratidão à Direção pela dedicação e esforço que tem dado à instituição; salientando que esse trabalho dos membros da Direção está à vista de todos, desde logo pela excelência dos serviços que vêm sendo prestados aos utentes, nas diversas respostas sociais; e traduzido também no relatório e contas submetidos ao escrutínio da presente Assembleia Geral. A Direção merece ser louvada, pois, por todo o excelente trabalho que tem desenvolvido ao serviço do Centro Social de Cambra, assegurando a prossecução dos respetivos objetivos sociais e a sua sustentabilidade económica e financeira.

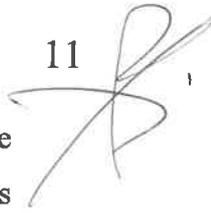
Salientou que as contas exprimem, uma vez mais, um resultado líquido negativo no exercício (-37.843,53 €), mas que isso resulta da incidência dos gastos de depreciação e amortização na rubrica dos custos; e dos constrangimentos, no passivo, da rubrica de “financiamentos obtidos”, ou seja, o empréstimo contraído junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, e encargos inerentes.

Disse que a Direção tem feito o seu trabalho, ao conseguir um acréscimo dos subsídios à exploração (mediante o aumento de lugares subsidiados na ERPI e na Creche); e uma atualização das contribuições dos utentes, que será mais visível no exercício em curso de 2019. Mas que, para inverter a tendência de erosão do saldo dos fluxos de caixa, afigura-se necessário implementar um movimento específico para tentativa de obtenção de receitas extraordinárias destinadas à amortização do referido empréstimo bancário, melhorando por essa via a situação financeira da instituição; e sugeriu, a este propósito, a possibilidade de utilização da “Liga de Amigos do Centro Social de Cambra” como estrutura informal susceptível de implementar os contactos com possíveis doadores e outros beneméritos da instituição, apelando a apoios pontuais para essa finalidade específica.

O associado no uso da palavra referiu-se ainda à possibilidade de alargamento dos prazos de amortização dos imóveis adquiridos pela instituição, para diluir melhor no tempo o impacto das amortizações, dentro dos limites legais – assunto que deixa à consideração da Direção.

Em conclusão: pronuncia-se no sentido de que o relatório e contas apresentados pela Direção (bem como, obviamente, o parecer do Conselho Fiscal) devem ser aprovadas pela Assembleia.

Ainda no âmbito da sua intervenção, o associado José Pinheiro Lopes de Almeida lembrou que a reunião da Assembleia Geral do próximo mês de novembro terá de proceder à eleição dos novos corpos sociais para o quadriénio 2020/2023; deixando, a este propósito, um apelo para que os atuais membros da Direção, liderada pelo associado João de Brito Correia Taborda, e dos mais corpos sociais, se recandidatem em bloco, para assegurar a continuidade do bom trabalho que vem sendo desenvolvido nesta instituição; e, a este respeito, referiu-se também à questão da mobilização dos



jovens cambrenses no sentido de se disponibilizarem para formas concretas de participação nas actividades do Centro Social, e futura integração em responsabilidades diretivas – pois, consoante teve oportunidade de referir num pequeno artigo publicado no último número do Boletim “Rumos Novos”; *“o Centro Social de Cambra tem contado, ao longos destes anos, com a colaboração de muitos jovens conterrâneos em actividades de apoio à instituição e seus utentes – mas necessita de ver alargada tal participação, em termos a discutir com os próprios destinatários deste apelo. É obrigação de todos quantos constituímos e desenvolvemos este Centro Social na primeira fase da sua existência transmitir o nosso testemunho e os frutos dessa experiência às novas gerações; e é responsabilidade destas assumir tal herança; enriquecê-la com as suas perspectivas e contributos próprios; até para que estas terras possam beneficiar de movimentos regenerativos contra-cíclicos, que as salvem da estagnação e do abandono (o que implica um reforço de atenção e acção relativamente às questões sociais). Porque o programa das ipss não tem em vista apenas o tempo presente – mas também, e fundamentalmente, o futuro. É um projecto de longa duração – um compromisso entre várias gerações”*.

Como mais nenhum associado quisesse usar da palavra, o presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação o relatório de actividades e contas de gerência do ano de 2018, bem como o parecer do conselho fiscal, os quais foram aprovados por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou ainda à votação a proposta de um voto de louvor e gratidão à Direção pela dedicação e esforço que têm dado à instituição, contributos decisivos para a Missão do Centro Social de Cambra, apresentado pelo Conselho Fiscal. Colocado à votação, foi aprovado por maioria, com abstenção dos elementos da Direção presentes.

O Sr. Presidente da Mesa, solicitou à Assembleia um voto de confiança à Mesa para elaboração e aprovação da ata da presente reunião, dado que tal documento é necessário para apresentar em curto prazo a entidades externas – voto esse que foi aprovado por unanimidade.

Estando cumprida a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa agradeceu uma vez mais a presença de todos, e deu por encerrada a reunião, mandando consignar que os originais dos documentos foram por ele rubricados e vão ser arquivados na pasta de documentos da Assembleia; e foi lavrada a presente acta, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

O Presidente: 

O Secretário: *Célia Maria Gonçalves de Almeida*

O Secretário: *Miguel Ângelo Rodrigues de Almeida*